

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. Conclusões

Após um século de ensaios e erros, as políticas públicas voltadas para solução dos problemas nordestinos não obtiveram o êxito desejado. A região Nordeste e particularmente o Estado do Piauí continuam exportando mão-de-obra de baixa qualificação. Os projetos de irrigação que foram implantados na região desde a década de 1960 trouxeram, além das modernas técnicas de cultivo, a exclusão social e insustentabilidade ambiental. Dentre outras questões, ressalta-se o grande número de trabalhadores que ficou à margem dos processos de seleção de irrigantes e que desenvolvem atividades incompatíveis com o meio que ocupam, ao mesmo tempo que não conseguem superar a miséria em que vivem .

No estudo aqui realizado, buscou-se a compreensão das formas de organização e estratégias de sobrevivência de quatro comunidades, situadas no entorno da represa do rio Caldeirão, alvo de um dos projetos de irrigação do DNOCS, conhecido como Perímetro Irrigado Caldeirão. Formada essencialmente por agricultores de subsistência e pescadores, estas comunidades tentam sobreviver utilizando-se da infra-estrutura montada para atender ao projeto, ao mesmo tempo em que exploram de forma inadequada os recursos hídricos e de solo disponíveis na área de entorno a montante da represa, concorrendo para sua insustentabilidade.

Os objetivos que orientaram esta pesquisa foram atingidos ao se pretender analisar a situação das condições sócio-econômicas da população excluída do projeto de irrigação em questão, assim como a insustentabilidade das suas condições geoambientais atuais. Ao mesmo tempo, buscou-se apoio na literatura existente e disponível para compreender os mecanismos que articulavam os diversos interesses envolvidos em programas de desenvolvimento deste tipo. Foi também na literatura, associada a outras fontes, como sítios da Internet, que se buscou caracterizar os principais elementos que constituem o quadro natural da área estudada. Através de aplicação de formulários e de observação direta da realidade, com as constantes

visitas à área, foi feita a caracterização do modo de vida das pessoas que habitam as comunidades Banda, Angical, Nova Brasília e Alazão.

Com os resultados obtidos, as conclusões a que se chegam apontam para:

- As práticas paternalistas e autoritárias de governos e instituições, juntamente com um planejamento distante da realidade sertaneja, impediram que os projetos de desenvolvimento trouxessem autonomia às comunidades atendidas. O custo de implantação, a falta de continuidade das políticas adotadas, somados à pouca experiência administrativa do sertanejo e às especificidades locais, impossibilitaram o equilíbrio administrativo e financeiro destes projetos. Mais do que combater a miséria, os projetos de desenvolvimento do Nordeste buscavam atender aos ditames das classes dominantes. Existia, e de certa forma ainda existe, o receio de que a migração inter-regional, causada pelas secas, disperse a mão-de-obra que atende aos seus interesses. Além disto, a calamidade pública causada pela seca ainda é um instrumento valioso de manipulação das massas em favor de grupos e clãs políticos que se eternizavam no poder. Portanto, enquanto perdurar este seqüestro dos interesses coletivos em favor de poucos, nenhum programa de ajuda, de desenvolvimento regional, de erradicação da miséria, ou qualquer outra denominação que ele venha a ter, conseguirá proporcionar à população pobre do Nordeste um nível de vida, no mínimo, decente;

- As vicissitudes do clima semi-árido, que dão ao quadro natural aspectos de coisas efêmeras, parecem tornar também efêmera a vida das pessoas. Pelo seu caráter de cidadão despossuído, o sertanejo nordestino está despreparado para sobreviver numa região em que os bens da natureza devem ser usados com extrema parcimônia. Os recursos mais preciosos, como o solo e a água, devem ser utilizados com muito cuidado. Entretanto, a terra não lhes pertence, porque então tratá-la com zelo? O baixo nível de instrução do sertanejo dificulta a vida em sociedade, limita a absorção de informações, impede o progresso das instituições coletivas e torna perene a baixa auto-estima. Difícil florescer boas idéias em meio tão estéril;

- Na área estudada, a maioria da população, formada por agricultores, considera a pesca como uma atividade secundária. Quem a pratica não acredita que ela possa garantir o sustento de sua família. Como alternativa, apela para outras atividades que lhe possam complementar a renda, como a agricultura. Mesmo os pescadores de tempo integral não conseguem retirar desta atividade o mínimo necessário para seu sustento. Tanto o pescador ocasional (o agricultor, por exemplo) quanto o profissional, adotam práticas inadequadas de

captura que põem em risco o estoque de peixes. Desconhecem que as dificuldades da atividade resultam das práticas predatórias por eles adotadas;

- A modernização conseguiu levar até estas populações produtos e serviços urbanos pouco comuns às populações rurais, seja do Piauí, ou do Nordeste. A facilidade de acesso a estas comunidades, mais do que sua capacidade de mobilização, facultou a elas o uso dos serviços de infra-estrutura destinados ao projeto de irrigação do DNOCS. O interesse dos poderes constituídos, como os governos municipais, que recuperaram estradas, moradias e expandiu a rede de energia elétrica, deu a estas comunidades uma considerável melhoria de condições de vida, enquanto comunidades vizinhas mais isoladas, parecem estagnadas no tempo. Em outras palavras, a sua condição de excluída do perímetro irrigado atraiu a atenção do poder público capaz de atender às suas necessidades mais urgentes, dando-lhes uma certa autonomia em relação à autarquia (DNOCS) que os excluiu, embora questões outras, como a posse da terra, ainda não tenha sido resolvida;

- A beleza cênica da represa ensejou a possibilidade de exploração sazonal do turismo. Entretanto, a forma desordenada de utilização deste bem põe em risco o uso dos recursos hídricos para abastecimento humano do entorno da represa e do Município de Piripiri. Construções irregulares em áreas de proteção ambiental e lançamento de dejetos na água devem merecer maior atenção de todas as instituições comprometidas com a área, como o DNOCS, órgãos governamentais ou não, incluindo os ambientais. Nunca é demais lembrar que a decisão sobre as formas de utilização dos recursos naturais da área deve envolver, em todos os momentos, a participação popular.

Pelo que foi exposto, percebe-se que algumas generalizações encontradas na literatura, tratando da questão do desenvolvimento de regiões pobres como o Nordeste brasileiro e o Piauí, devem ser observadas mais de perto. Entende-se que nas ciências humanas as generalizações são muito arriscadas. Cada localidade traz especificidades que a torna diferente das demais, mesmo ocupando áreas próximas. As abordagens para tratar destas particularidades devem ser bem amplas. Atrelar o desenvolvimento ou melhoria das condições de vida de uma comunidade somente a elementos da economia é uma simplificação sem sentido. Somente abordagens integradoras serão capazes de perceber os diversos mecanismos que compõem um sistema complexo onde Natureza e Sociedade dialogam constantemente, em muitos casos, de forma conflitante.

6.2. Recomendações e sugestões para futuros trabalhos científicos.

O pensamento pós-moderno é múltiplo. Somente considerando as diversas faces de um problema se conseguirá sua solução definitiva. É inaceitável que diante dos avanços da ciência e da técnica ainda se tenha de deparar com exclusão social e destruição do meio ambiente nos níveis detectados nesta pesquisa. As diversas formas intentadas de produzir bens e reproduzir o capital, até o momento, necessitam de revisão. Teorias econômicas, políticas e sociais merecem ser revistas diante da crise que a pós-modernidade trouxe. Eliminar as diferenças sócio-econômicas e fortalecer as diferenças culturais é o grande desafio do momento.

Como fazer para que todos os indivíduos possam desfrutar, com um mínimo de diferenças, o momento em que vivemos. Busca-se uma vida mais prazerosa e longa que a ciência e a técnica podem proporcionar mas, como fazer para que estes benefícios cheguem a todos?

Para as comunidades aqui estudadas, visando reduzir, e quem sabe até eliminar, as diferenças entre seus habitantes, propõem-se medidas simples, que, uma vez encampadas pelo poder público e pela sociedade civil organizada, possibilitem a construção de um futuro socialmente mais justo, com uma economia equilibrada e com respeito à natureza:

a) Programas de erradicação do analfabetismo que estimulem o conhecimento e a discussão dos problemas da comunidade;

b) Criação ou fortalecimento das instituições de caráter comunitário, como conselhos ambientais ou de usuários da água. É necessário preparar as comunidades para gestão dos recursos hídricos que utilizam. A gestão das águas deve estar associada às demais políticas públicas de combate à miséria e à fome. Estas instituições, formais ou não, devem tornar-se centros de convivência e de expansão de redes de solidariedade, visando propagar idéias benéficas para as comunidades envolvidas;

c) Construir, em regime democrático, agendas locais nas diversas comunidades que compõem o entorno do reservatório, objetivando a redução e até a eliminação de práticas inadequadas de manejo do solo e da água. Cabe ao DNOCS ordenar, em regime de urgência, o uso do solo nas áreas a montante da represa (vazantes) difundindo técnicas de contenção da erosão, evitando, assim, o assoreamento do reservatório sob sua responsabilidade e reduzindo os conflitos entre os usuários;

d) Fomentar campanhas educativas de uso dos recursos naturais disponíveis no entorno da represa e de acondicionamento dos dejetos produzidos pela atividade turística junto a todos os segmentos da sociedade. É imprescindível alertar a população sobre a necessidade de proteção e uso racional das reservas de água disponível no reservatório. Os usuários destes recursos devem ser instruídos para a responsabilidade e respeito a este bem coletivo;

e) Fortalecimento das associações já existentes, como os sindicatos rurais e a associação dos pescadores. Além da defesa dos direitos de seus associados, estas organizações devem promover treinamento de seus sócios, de forma a eliminar a figura do “atravessador” de produtos da comunidade, principalmente do pescado.

Para melhor gerenciar os recursos naturais ainda disponíveis e recuperar o que for possível, é necessário ampliar os conhecimentos sobre a bacia hidrográfica do Caldeirão. Uma primeira sugestão consiste em tratá-la como uma unidade de planejamento. Por tratar-se de uma unidade física, com limites bem definidos, a bacia hidrográfica é hoje uma excelente unidade de estudos visando o manejo integrado dos recursos naturais. Falta, portanto, reunir ou produzir trabalhos que:

a) Caracterizem o quadro geológico-geomorfológico de toda a área da bacia, contribuindo para a confecção da carta de riscos geológicos e de suscetibilidade à erosão em escala detalhada, por exemplo;

b) Tratem do recurso solo em nível detalhado (escala 1:20.000), fornecendo categorias de classificação, como áreas com risco de degradação e áreas com uso abaixo de sua capacidade produtiva, além dos problemas relativos a conflitos de uso;

c) Contribuam para a compilação de um banco de dados hidrológicos disponíveis para a população, permitindo avaliar as disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas, assim como o gerenciamento de demandas (urbana, rural e para irrigação) e de qualidade da água, controle e previsão de enchentes, entre outras informações;

d) Produzam um levantamento completo da cobertura vegetal ainda existente, juntamente com os recursos de fauna,

e) Contribuam, enfim, para o zoneamento ambiental da bacia hidrográfica do rio Caldeirão, que fornecerá as informações necessárias para o seu melhor manejo.